Financiamento para a economia verde

Um desafio crucial na construção de uma economia verde e inclusiva é mobilizar o capital financeiro necessário para iniciativas que facilitem essa transição, algo que depende de fatores econômicos, políticas públicas e inovações tecnológicas. Os recursos existentes no mercado poderiam atender a essa demanda, mas geralmente estão direcionados para setores ou atividades que não favorecem tal tarefa (*leia mais sobre finanças sustentáveis em* p22on.com.br).

Para facilitar esse processo no Brasil, o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma) uniu-se à Federação Brasileira de Bancos (Febraban) e ao FGVces na realização de um levantamento amplo que quantifica os recursos destinados à economia verde no País em 2013 e 2014. A publicação *O Sistema Financeiro Nacional e a Economia Verde – Mensurando recursos financeiros alocados na economia verde* aponta os valores destinados pelas principais instituições financeiras para atividades de baixo carbono. E também quantifica os montantes direcionados para setores potencialmente causadores de impacto ambiental, que necessitam de uma gestão de risco socioambiental.

Segundo o estudo, foram destinados para atividades com potencial de impacto ambiental R$ 408 bilhões em 2013 e R$ 365 bilhões em 2014, valores que representam 33,5% e 33,2%, respectivamente, do total de financiamentos a pessoas jurídicas. Já para setores da economia verde, o sistema financeiro alocou R$ 110 bilhões em 2013 e R$ 107 bilhões em 2014, cujos percentuais são de 8,8% e 9,6% do total de financiamentos.

O estudo é acompanhado de uma publicação sobre o mercado de Green Bonds (títulos de dívida com atributos socioambientais) no Brasil e de outra sobre Cotas de Reserva Ambiental (CRA), estabelecidas no Novo Código Florestal para incentivar a conservação de ecossistemas (*acesse-as em* bit.ly/103rPS2).



RODRIGO AMORIM/FLICKR

Uso de tributos para reduzir as emissões

Com o intuito de apoiar a incorporação de critérios de sustentabilidade ao sistema tributário brasileiro, o Ministério da Fazenda encomendou ao FGVces dois estudos sobre o potencial dos tributos no incentivo à redução de emissões de gases de efeito estufa (GEE).

O objeto do primeiro estudo são os incentivos positivos (tributários ou creditícios) e sua relação com sistemas de mensuração, relato e verificação (MRV) de emissões. A pesquisa aborda três setores importantes da economia brasileira: energia, indústria e agropecuária.

Já o segundo aprofunda a análise sobre o papel de indicadores de intensidade relevantes para a implementação de instrumentos econômicos voltados para a redução de emissões, como intensidade carbônica e energética. Os estudos estão disponíveis em bit.ly/10KPDGF.

SINTONIZANDO

GUIA PARA FORMAÇÃO EM SUSTENTABILIDADE

Para celebrar os cinco anos da disciplina eletiva Formação Integrada para a Sustentabilidade (FIS) na FGV-SP, o FGVces lançou em novembro um guia de fundamentos e práticas para orientar a construção de iniciativas de educação em sustentabilidade em outros espaços, aproveitando a metodologia pioneira da FIS. Confira em bit.ly/10KQR4H. A partir de uma abordagem transdisciplinar e apoiada em um referencial teórico de inovação, a FIS tem como objetivo a formação de novos gestores, alinhados com os desafios e oportunidades dos temas da responsabilidade social corporativa e da sustentabilidade.

EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

Um dos projetos setoriais elaborados no âmbito da legislação federal sobre mudança do clima, a Plataforma Empresas pelo Clima (EPC) lançou uma publicação com propostas empresariais de política pública voltadas para estruturar uma agenda nacional que oriente a indústria na transição para o baixo carbono. A publicação apresenta um *framework* para a operacionalização do Plano Indústria de Baixo Carbono e um conjunto de instrumentos e ações para viabilizar ações de eficiência energética na indústria brasileira. O sumário executivo está disponível em bit.ly/1YxchwJ.